

Maria Berenice Dias

# LEI MARIA DA PENHA

A efetividade da Lei 11.340/2006  
de combate à violência doméstica  
e familiar contra a mulher

4.ª edição  
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

## Lei Maria da Penha

A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate  
à violência doméstica e familiar contra a mulher

4.<sup>a</sup> edição  
revista, atualizada e ampliada

MARIA BERENICE DIAS

1.<sup>a</sup> edição: 2008 2.<sup>a</sup> edição: 1.<sup>a</sup> tiragem: maio de 2010; 2.<sup>a</sup> tiragem: dezembro de 2010; 3.<sup>a</sup> edição: 1.<sup>a</sup> tiragem: setembro de 2012; 2.<sup>a</sup> tiragem: agosto de 2013.



© desta edição [2015]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS  
*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda  
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, tonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [05-2015]

Professional

Fechamento desta edição [14.05.2015]



ISBN 978-85-203-6140-5

APRESENTAÇÃO.....	11
1. POR QUE MARIA DA PENHA? .....	21
2. O CICLO DA VIOLÊNCIA.....	24
3. UM OLHAR NO TEMPO .....	31
3.1 No passado .....	31
3.2 Um novo tempo .....	34
3.3 Sem mais tempo.....	35
4. TRATADOS INTERNACIONAIS.....	38
4.1 Compromissos internacionais .....	38
4.2 A força dos tratados .....	40
5. UMA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS.....	43
5.1 O direito desdobrado em gerações .....	43
5.2 A violência contra a mulher .....	44
6. ALGUNS CONCEITOS.....	48
6.1 Conceito de violência doméstica.....	48
6.2 Tipificação fora do âmbito do direito penal.....	50
6.3 Unidade doméstica .....	51
6.4 Família.....	52
6.5 Relação íntima de afeto .....	53
6.6 Namoro.....	54
7. A LEGALIZAÇÃO DAS UNIÕES HOMOAFETIVAS.....	58
8. A VIOLÊNCIA E SEUS ATORES .....	64
8.1 Os atores da violência .....	64

8.2	Sujeito ativo .....	64
8.3	Sujeito passivo .....	67
9.	FORMAS DA VIOLÊNCIA .....	70
9.1	A violência em suas diversas formas.....	70
9.1.1	Violência física .....	71
9.1.2	Violência psicológica.....	72
9.1.3	Violência sexual .....	74
9.1.4	Violência patrimonial .....	76
9.1.5	Violência moral .....	77
10.	DOS DELITOS E DAS PENAS.....	79
10.1	O que mudou .....	79
10.2	Alterações no Código Penal .....	80
10.2.1	Lesão corporal qualificada .....	81
10.2.2	Uma nova agravante.....	82
10.2.3	Mais uma majorante.....	83
10.2.4	Feminicídio .....	83
10.3	Prisão preventiva .....	84
10.4	Comparecimento a programa de recuperação e reeducação.....	87
10.5	Cesta básica .....	90
10.6	<i>Sursis</i> .....	91
11.	A POLÊMICA SOBRE AS LESÕES CORPORAIS.....	93
12.	REFRATAÇÃO, DESISTÊNCIA OU RENÚNCIA? .....	97
12.1	Algumas definições.....	97
12.2	Representação e renúncia na Lei dos Juizados Especiais .....	99
12.3	Representação e renúncia na Lei Maria da Penha .....	99
13.	DELITOS SUJEITOS A REPRESENTAÇÃO .....	104

14. A QUESTÃO DA CONSTITUCIONALIDADE.....	108
15. A POSIÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	113
15.1 Superior Tribunal de Justiça.....	113
15.2 Supremo Tribunal Federal.....	116
16. DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	122
16.1 Competência de “jurisdição”.....	122
16.2 Competência de juízo.....	123
16.3 Competência funcional.....	126
16.4 Competência <i>ratione personae</i> .....	126
16.5 Competência das Varas Criminais e dos JVDfMs.....	130
16.5.1 Juízo da execução.....	131
16.5.2 Competência recursal.....	133
16.6 Competência dos juízos de família.....	134
16.7 Competência do júri.....	135
16.8 Foro de eleição.....	135
17. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA.....	138
17.1 Tutela de urgência.....	138
17.2 Natureza jurídica.....	141
17.3 Aspectos processuais.....	142
17.4 Medidas que obrigam o agressor.....	145
17.4.1 Imitação ao uso de arma de fogo.....	145
17.5 Medidas que protegem a vítima.....	146
17.6 Separação de corpos e proibição de contato.....	147
17.7 Obrigação alimentar.....	150
17.8 Medidas de natureza patrimonial.....	151
17.9 Execução.....	155

18. GARANTIA DO TRABALHO .....	156
18.1 No serviço público .....	157
18.2 Na iniciativa privada .....	158
19. O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	161
19.1 Atuação .....	161
19.2 Banco de dados .....	163
19.3 Atribuições .....	165
20. PROVIDÊNCIAS POLICIAIS .....	166
20.1 Por onde começar .....	166
20.2 Identificação criminal .....	170
21. PROCEDIMENTO NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	172
21.1 Para onde precisa seguir .....	172
21.2 Rito .....	174
21.3 Competência .....	174
21.4 Medida protetiva de urgência .....	177
21.5 Audiência de justificação .....	180
21.6 Audiência de conciliação .....	180
21.7 Retratação à representação .....	182
21.8 Dos recursos .....	183
22. PROCEDIMENTO NA VARA CRIMINAL .....	184
22.1 Onde não deve estar .....	184
22.2 Encaminhamento à Vara Cível .....	187
22.3 Dos recursos .....	189
23. POLÍTICAS PÚBLICAS .....	190
23.1 Previsões legais .....	190
23.2 A sua efetividade .....	193

ANEXOS.....	197
1. LEI 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.....	199
2. TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS.....	213
2.1 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher .....	213
2.1.1 Dec. 4.377, de 13 de setembro de 2002 .....	226
2.1.2 Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher .....	227
2.1.3 Dec. 4.316, de 30 de julho de 2002 .....	234
2.2 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção Belém do Pará”.....	234
2.2.1 Dec. 1.973, de 1.º de agosto de 1996 .....	242
3. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL POSTERIOR À LMP.....	245
3.1 Lei 12.403, de 4 de maio de 2011 .....	245
3.2 Resolução 11, de 18 de dezembro de 2014 .....	245
3.3 Resolução 12, de 16 de janeiro de 2015.....	247
3.4 Lei 13.104, de 09 de março de 2015.....	249
4. RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	251
4.1 Recomendação 9, de 08 de março de 2007, do Conselho Nacional de Justiça.....	251
4.2 Resolução 128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça.....	253
4.3 Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	254
1. Histórico .....	256
2. Estrutura mínima .....	258
2.1 Critério para definição da estrutura mínima do JVD/DFM .....	259
2.2 Número máximo de processos por vara .....	259

2.3	Estrutura Física .....	261
3.	Procedimentos .....	262
3.1	Medidas Protetivas de Urgência .....	262
3.2	Fase pre-processual: inquérito policial .....	264
3.2.1	Inquérito policial concluído, relatado ou com simples requerimento de prorrogação de prazo para o seu encerramento .....	265
3.2.2	Tramitação do inquérito policial com intervenção do Poder Judiciário .....	265
3.2.3	Comunicação de prisão em flagrante em horário normal de expediente.....	265
3.2.4	Comunicação de prisão em flagrante em plantão .....	266
3.2.5	Inquérito policial iniciado com prisão em flagrante ou com decretação de prisão, preventiva ou temporária ....	267
3.3	Fase Processual .....	268
3.3.1	Ação Penal .....	268
3.3.2	Processo de Execução Penal .....	275
3.4	A audiência prevista no art. 16 da Lei 11.340/2006 .....	278
4	Dos Auxiliares do Juízo .....	280
4.1	Dos Oficiais de Justiça .....	280
4.2	Da Equipe Multidisciplinar .....	280
4.2.1	Intervenções com a vítima .....	282
4.2.2	Intervenções com o agressor/réu .....	282
4.2.3	Intervenções gerais .....	283
4.2.4	Documentos produzidos pela Equipe Multidisciplinar .....	283
5.	Rede de Atendimento .....	289



5. PROJETOS DE LEI.....	295
5.1 Senado Federal .....	295
5.2 Câmara dos deputados.....	299
5.3 Estatuto da diversidade sexual.....	305
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	307
OUTRAS OBRAS DA AUTORA .....	317